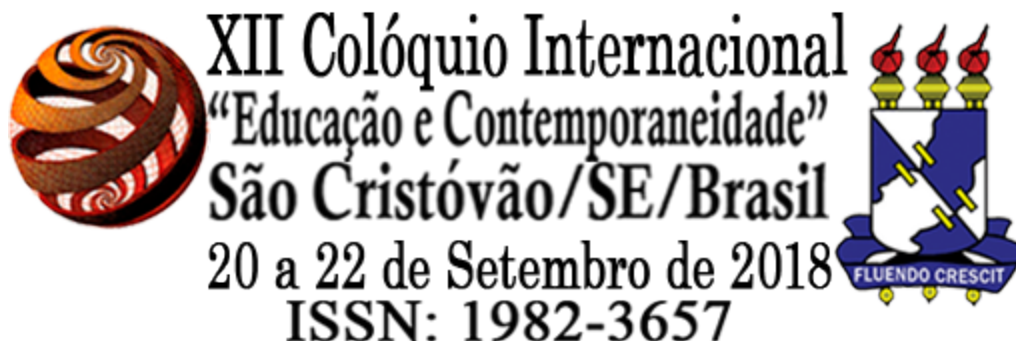




Recebido em: 05/07/2017
Aprovado em: 06/07/2017
Editor Respo.: Veleida An
Bernard Charl
Método de Avaliação
Double Blind Review
E-ISSN: 1982-3657
L

COMBATENDO O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DOS PROFESSORES

MARIA CLARA LIMA PEREIRA

EIXO: 12. PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO: ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS E PSICOSSOCIAIS

RESUMO

O racismo e o preconceito são produtores de diversos malefícios tanto físicos quanto psicológicos às suas vítimas. Eles são extremamente transversais, perpassam por inúmeros setores da sociedade, inclusive na escola sendo justamente no contexto escolar que são engatilhados os primeiros processos de construção identitária. Este trabalho objetivou analisar os processos subjacentes à disposição dos professores em empreender ações de combate ao preconceito racial com seus alunos. A amostra foi composta por 41 educadores, destes, 19 (46,3%) eram vinculados a instituições públicas, 21 (51,2%) a instituições privadas e apenas 1 (2,4%) em ambas. Os dados obtidos foram analisados no programa de tratamento estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

PALAVRAS CHAVES: Racismo, professor, escola, socialização.

ABSTRACT

Racism and prejudice are producers of various physical and psychological harms to their victims. They are extremely transversal, they pass through countless sectors of society, including in the school, being precisely in the school context that the first processes of identity construction are set in motion. This work aimed to analyze the processes underlying teachers' willingness to undertake actions to combat racial prejudice with their students. The sample consisted of 41 educators, of whom 19 (46.3%) were linked to public institutions, 21 (51.2%) were private institutions and only 1 (2.4%) were both. The data obtained were analyzed in the statistical treatment program SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

KEY WORDS: Racism, teacher, school, socialization.

1. INTRODUÇÃO

O racismo tem se tornado uma temática cada vez mais contemporânea. À proporção que a sociedade se moderniza, as relações também se modernizam, entretanto o fenômeno de preconceito racial continua presente. Conforme elucubra Lima e Vala (2004), após a Segunda Guerra Mundial as pessoas, diante das novas modulações da legislação anti-racista dos princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, surgem novas expressões de preconceito de uma forma mais sutil e velada. Podemos encontrá-lo nas piadas de um programa qualquer de sábado noite, encontramos em tirinhas de jornais, livros didáticos, num olhar, numa conversa com o vizinho.

É possível ver claramente que dentro das redes sociais, por exemplo, os debates acerca das questões raciais são mais frequentes e calorosos. Vários internautas expõem as mais diversificadas opiniões que vão desde definições estéticas para negros até cotas raciais em universidades.

Num panorama geral do processo de construção identitária, é sabido que a escola é um dos principais agentes formadores. Normalmente, é no ambiente escolar que são incitadas as primeiras indagações sobre a identidade da criança, “quem eu sou”, “como eu sou”, “quem serei”, “por que sou igual”, “por que sou diferente”. Contudo, a escola também não está isenta da apresentação do fenômeno racismo.

Ciconello (2008) nos afirma o racismo é um dos fatores que alicerçam as injustiças sociais vigentes na sociedade brasileira e nos levam a uma compreensão mais clara das desigualdades sociais. Mesmo o racismo sendo bastante pesquisado e estudado, ainda não se pode compreendê-lo em sua totalidade, o que leva a nos aprofundarmos mais nessas questões que ainda são presentes e trazem sofrimento à vida de diversas pessoas que são discriminadas devido à cor de sua pele.

Neste estudo pretende-se observar as ações empreendidas pelos docentes mediante a expressão de evidência de racismo dentro do ambiente escolar, analisar as medidas pedagógicas tomadas e verificar se os professores consideram importante que se construa uma educação antirracista na escola. Assim, se faz relevante, pois conhecer como os professores reagem nas situações de preconceito pode nos levar a perceber falhas e sugerir modificações a partir da comparação de suas práticas com outras reconhecidamente mais efetivas que combatam as atitudes racistas proporcionando uma melhor qualidade de vida para os diferentes grupos sociais.

A temática será trabalhada com uma explanação acerca do racismo na escola e suas características multifacetadas, logo em seguida, será desenvolvido acerca da relevante participação dos professores no processo de socialização das atitudes raciais na escola.

1. Racismo: conceitos e definições:

O racismo e o preconceito produzem inúmeros malefícios tanto físicos quanto psicológicos às suas vítimas. Embora este fenômeno esteja presente em todos os lugares, nos causa indignação quando ele ocorre dentro do ambiente escolar e é desconsiderado pelos agentes de educação.

As atitudes de hostilidades racistas trazem prejuízos acadêmicos, a percepção de si, a autoconfiança e a identidade. A percepção dos professores de atitudes racistas em sala de aula, somada às ações de combate ao preconceito pode tornar mais difícil o processo de construção identitária dos alunos negros.

Segundo Munanga (2005), sendo o racismo um fenômeno de cunho ideológico, consolidado por meio de preconceitos, discriminações e estereótipos, pode-se defini-lo como:

(...) uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas as últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003, p. 7).

A capacidade do ser humano em categorizar tudo que se almeja estudar, é uma grande ferramenta durante a operacionalização da formação do pensamento, facilitando o processo de construção de conhecimento. Munanga (2005) afirma que no sentido referido, a classificação racial da diversidade humana teria se ajustado, pois seria de grande valia para uma economia cognitiva, que se refere ao processo de repetição de um procedimento com tanta frequência que este passa de altamente consciente e trabalhoso para ser automático e fácil, como explica Sternberg (2000).

Entretanto, trazer a diferenciação racial como justificativa plausível para uma hierarquização e a partir disso, modelos de dominação, foi a emboscada em que muito teóricos caíram. Para Nunes (2010), o racismo está estruturado sob a criação de teorias e práticas discriminatórias, objetivando apenas a afirmação da superioridade de um grupo em relação ao outro.

Jones (1973 apud Nunes, 2010), apresenta a diferenciação do racismo em três categorias: individual, institucional e cultural. O racismo individual é aquele que configura uma aproximação do preconceito racial; no racismo cultural, os europeus acreditavam que todo tipo de cultura diferente da sua era inferior; e o racismo institucional que se faz presente também nas instituições, como por exemplo a escola, podendo ser ou não intencional, ou ocasionado pela falta de acesso a determinados lugares sociais.

1. Preconceito, Estereótipo e Discriminação

Nos estudos de Psicologia Social, a definição ainda mais utilizada para preconceito é a de Allport (1954/1962, p. 22), a qual ele afirma que “é uma atitude hostil ou preventiva a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente por pertence a esse grupo, supondo-se, portanto, que possui as características contestáveis atribuídas a esse grupo”. interessante ressaltar que a perspectiva apresentada por Allport, segundo Pereira, Torres & Almeida (2003), se refere e parte à aspectos cognitivos, ou seja, a generalização de uma categoria, e se refere também à aspectos disposicionais, que seria a hostilidade que desengata as atitudes discriminatórias. Huici e Moya (1994 apud SANTOS, 2006) concebe discriminação como a conduta ou o tratamento dirigido propriamente dito embasado na pertença grupal, sendo estereótipo as crenças dos atributos (físicos, psicológicos) acerca do grupo.

1. RACISMO NA ESCOLA

O racismo tem como característica sua transversalidade, perpassando por vários setores da sociedade, inclusive a escola. Como já mencionado, ele é um fenômeno multifacetado, se exibindo de diversas maneiras, seja vertical nas relações hierárquicas (entre direção e coordenação, direção e corpo docente, corpo docente e alunos), como de modo horizontal (entre os alunos, a exemplo).

Em relatório sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) publicado pela ONU em 2005, inúmeros indicadores sociais e econômicos demonstram que os negros estão em situação desfavorável no Brasil, e isso se reflete nos setores como a educação por exemplo.

Resultados de pesquisas estatísticas sobre rendimento escolar que possuíam um recorte racial, possibilitou distinguir as dificuldades apresentadas entre alunas e alunos negros para continuar na escola, mostrando uma trajetória diferente dos alunos brancos, sendo que as maiores taxas de evasão e repetência estão entre os alunos negros (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, F. 2006, p. 41)

É sabido que apesar de já estar inserida no círculo familiar, a primeira instituição pela qual uma pessoa passa é a escola. É nela que as crianças possuem seu contato inicial com os processos de socialização, e se identificam com seus pares e formam grupos. Conforme Fazzi (2004), a escola é o local onde as relações são consistentes, densas e duradas e constância. E essa concentração de relações facilita o desenvolvimento das questões raciais entre as crianças.

Cruz (2008) aponta o termo “mito da democracia racial” como a ideologia de que o convívio com pluralidade cultural e multiracialidade é bem aceita e harmoniosa. E dentro do ambiente escolar, tal ideologia também se faz presente. No que concerne às relações entre professores e alunos, alunos entre si e professores, alunos e funcionários, ainda se vê constantes diferenças sendo transformadas em desigualdades.

É no contexto escolar que são engatilhados os primeiros processos de construção identitária. Para Tosta e Costa (2011) um indivíduo assume uma ou outras identidades disponíveis, de acordo com as situações nas quais se localiza e com as pessoas com quem interage, pois o contexto particular no qual ele se encontra determina as identidades e as fidelidades apropriadas num dado momento.

Na escola, é possível ver que as brincadeiras das crianças tidas como “inocentes” são as principais expressões de preconceito racial. Os apelidos e xingamentos como macaco, negrinho sujo, preta de macumba, carvão, preto fedido, cabelo pixaim, negra do cabelo duro, etc., são estereotipados devido à estética da pessoa e são de cunho racista. Conforme identifica Gomes (2000 apud Cruz 2008), a “dupla inseparável” de cabelo e cor de pele, na qual as crianças são identificadas pela sua pele escura e seu cabelo “ruim”.

Fazzi (2004) expõe oito mecanismos de transmissão de atitudes raciais, sendo eles: a família, os meios de comunicação, comportamentos dados pelos adultos, comentários dos pares, admiração dos outros pela aparência pessoal da criança, associações culturais simbólicas de cores (preto sujo, branco limpo), material de leitura infantil estereotipado, meios de comunicação de massa, percepção da criança da ocupação racial de papéis sociais.

Nessa perspectiva, a escola deveria se posicionar como o agente erradicador das hostilidades raciais, colaborando para um desenvolvimento sadio de todas as crianças, proporcionando um sentimento de atitudes de igualdade entre elas, sem brancas ou negras.

A fim de garantir uma igualdade entre brancos e negros no dinamismo educacional, o país passou por vários anos de militância de movimentos. Não só no âmbito educacional, esses movimentos visavam reestabelecer para os negros aqui

que lhes foi retirado ao longo processo de abolição da escravidão. Após anos de reivindicações de diversos Movimentos Sociais Negros, foi sancionada em 9 de janeiro de 2003 a lei 10.639, que ressalta

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira e africana.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

Souza, Reis & Menezes (2013) destaca que a lei visa uma educação democrática que contemple a disseminação de informação acerca de todas as raças, etnias que compuseram a formação da história brasileira. Entretanto, o que encontramos nas escolas é apenas um dia dedicado à memória do povo negro e indígena, por exemplo, como o dia da Consciência Negra e o Dia do Índio. Enquanto percebe-se durante todo o ano letivo uma displicência dos professores em transmitir o conteúdo proposto e a despreparação e falta de conhecimento deles em relação aos diversos aspectos abrangidos pela lei 10.639/03.

Souza, Reis & Menezes (2013) ressaltam que depois de promulgada a lei, é preciso que seja posta em voga, sendo efetivada, o que exige uma requalificação dos educadores desde a formação inicial, pela requalificação dos Conselhos Escolares e pela inserção do Movimento Social Negro no contexto político e escolar. Mesmo sendo um trabalho em proporções gigantescas, deve ser realizado.

1. PROFESSORES E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DAS ATITUDES RACIAIS NA ESCOLA

A escola é uma das instâncias socializadoras na vida de uma pessoa. Os pais, ao inserirem seus filhos numa escola, almejam que além deles receberem um conhecimento sistematizado, também sejam socializados. E nessa dinâmica de interação, as crianças adquirem os primeiros contatos com a produção e construção de sua identidade.

A teoria de aprendizagem comportamentalista de Skinner, propõe uma ideia de que o homem é um ser completamente influenciado pelo ambiente. Seu ambiente de interação social pode lhe apresentar problemas e soluções que determinam certos tipos de padrões de comportamentos. Visto que a escola é um ambiente de interação social, todos os problemas enfrentados pelas crianças -como o racismo- nesse ambiente, a afetará de alguma forma.

Gomes (1990, p.60 apud Cavalleiro 2000) confere que ao findar o processo de socialização a criança domina tanto o mundo social em que vivem como também os papéis sociais básicos seus e de outros, seja no presente ou futuro, mas sobretudo, já tem formulada suas características fundamentais de personalidade e identidade.

Cavalleiro (2000) observou em São Paulo numa escola de Educação Infantil da rede pública municipal, crianças de 4 a 5 anos a fim de analisar o processo de socialização familiar e escolar. Além da presença de atitudes preconceituosas entre as crianças, ela verificou as ações preconceituosas das professoras dentro da escola concernentes à diversidade étnica racial, como exemplo, a distribuição desigual de afetos e para características da socialização familiar.

Em uma das entrevistas realizadas em sua pesquisa, Cavalleiro (2000) consegue captar sagazmente a elucidação de uma menina negra de como se dá o comportamento das professoras em relação aos conflitos ligados às hostilidades raciais:

(...) de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingam de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.

A omissão da professora em relação ao testemunho supracitado acaba legitimando o comportamento da criança branca que estava promovendo a discriminação. Esta criança por sua vez, interpretando como correta a sua atitude, pode deliberadamente desempenhar outras atitudes semelhantes nos mais diversos espaços sociais.

Em duas pesquisas realizadas por Fazzi em 1997 em duas escolas municipais de Belo Horizonte, foram coletados inúmeros depoimentos de professores e alunos para descobrir como as crianças aprendem e experimentam as noções de raça (cor de pele, grupos de pertença, estigmatização e estereotipação dos grupos) em suas relações com outras crianças, como aprende o que significa ser de uma categoria racial ou de outra.

Em várias das suas entrevistas com professoras cujas mesmas disseram que não haviam presenciado manifestações de racismo, Rita de Cássia Fazzi pode notar que não existe uma preocupação formal e oficial com a educação racial, na qual as diversidades fossem intencionalmente debatidas. Ela também observa que outras tantas professoras disseram em suas entrevistas que não sabem lidar com situações de preconceito racial entre os alunos.

Então é preciso enxergar a escola como o locus medial da execução das demandas de caráter afirmativo, e o professor como o agente central de mediação para promoção dessas ações.

1. OBJETIVOS

Com base na literatura investigada, este trabalho tem como objetivo geral analisar os processos subjacentes à disposição dos professores em empreender ações de combate ao preconceito racial com seus alunos. E especificamente, o estudo analisa a percepção dos professores acerca: 1) da escola enquanto instituição responsável pela socialização e combate ao preconceito; 2) da sua preparação em termos de conteúdo para lidar com essa questão; e 3) do preconceito como tema importante na formação dos alunos. Analisa-se ainda a socialização étnica desses professores através da escala de Hughes e Chen (1999); e as correlações entre as percepções dos professores e suas práticas de socialização étnica.

1. METODOLOGIA

A amostra foi composta por 41 educadores, sendo 33 do sexo feminino (80,5%) e 8 do sexo masculino (19,5%), com média de idade de 39,5 anos. Destes, 19 (46,3%) eram vinculados a instituições públicas, 21 (51,2%) a instituições privadas e apenas 1 (2,4%) em ambas. Quanto à formação, 63,4% dos respondentes eram pós-graduados, enquanto 36,6% relataram apenas ensino superior em sua formação. Quanto ao local onde trabalham, 80,5% dos participantes lecionavam em Aracaju, 4,9% em Nossa Senhora do Socorro, 2,4% em Brasília, 2,4% em Minas Gerais, 7,3% em Valparaíso e 2,4% na Barra dos Coqueiros. O tempo de exercício de profissão variou entre 3 meses e 33 anos, sendo que 48,7% dos sujeitos preencheram a faixa de 11-33 anos de exercício.

5.1- Procedimentos

Os respondentes foram contatados nas escolas e por meio de redes sociais (email, Facebook, Whatsapp), podendo optar por responder o questionário presencialmente ou online, numa versão produzida através do Google Forms. O primeiro momento da coleta presencial era realizar uma solicitação para utilização do espaço da escola onde os sujeitos seriam abordados. Concedida a autorização e feita a abordagem dos sujeitos, foram entregues os termos de consentimento livre e esclarecido bem como o questionário, que era respondido conforme a disponibilidade de cada um.

Foram explicitados os objetivos da pesquisa, bem como a total segurança para manutenção do sigilo da identificação dos participantes de acordo com os princípios éticos exigidos. A duração média para realização da coleta presencial variou de 15 a 20 minutos. Na versão online, havia inicialmente uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e a garantia de confidencialidade e anonimato. Após esse passo, eram liberadas as questões que deveriam ser respondidas uma por vez.

5.2- Instrumentos:

O instrumento proposto para coleta dos dados se constituiu de um questionário semiestruturado composto por 13 questões objetivas e 2 subjetivas. A primeira questão correspondia a uma escala tipo likert com 14 itens que variavam de um a cinco (sendo 1= Discordo Totalmente, 2= Discordo, 3= Indeciso, 4= Concordo e 5= Concordo Totalmente) que avaliava a percepção dos professores acerca do preconceito presente na escola, sua influência como agente socializador importante precursor no combate ao preconceito. A segunda questão, do tipo subjetiva, indagava se o professor fala sobre as diferenças de cor para seus alunos.

As questões de número 3 à 14 consistiram na escala de socialização étnica baseada nos estudos de Hughes e Chen (1999), e era respondida em termos de frequência de emissão do comportamento, variava de um a cinco (1= Nunca, 2= Raramente, 3= Às vezes, 4= Frequentemente, 5= Sempre), e indagava se o professor falava sobre as diferenças de cor e sobre preconceito com seus alunos. A décima quinta questão era composta por 5 situações simuladas nas quais

eram relatadas casos de preconceito dentro do ambiente escolar, e o professor deveria escrever o que ele faria caso tais situações ocorrem em sua presença. Também no questionário foram solicitadas algumas informações sobre identidade racial do professor e dados sociodemográfico.

5.3- Tipo de desenho:

O tipo de estudo foi quantitativo (quantificar dados, fatos ou opiniões na forma de coleta de informações) e correlacionar (avalia a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis).

5.4- Análises de Dados

Os dados obtidos foram analisados no programa de tratamento estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Utilizou-se das seguintes análises: Análise fatorial com rotação Oblimin, Análises Descritivas (médias frequenciais), Comparação de médias através dos testes *Paired-Samples T Teste* e *One-Sample T Teste*, e *Correlação Bivariate* com marcação no coeficiente de *Pearson*.

1. RESULTADOS

6.1- Percepção dos professores sobre a escola enquanto responsável pela socialização para as atitudes raciais; sobre própria preparação para essa tarefa e sobre o preconceito enquanto tema importante na formação dos alunos.

Objetivando analisar em nível de crenças, qual era a percepção dos professores acerca da escola como instrumento socializador para as atitudes raciais, sobre sua preparação enquanto dominação de conteúdo para essa tarefa e sobre relevância da abordagem do preconceito em aula para formação do aluno foi realizada uma análise fatorial. A partir dessa foram compostos 3 fatores denominados como **1) Socialização Escolar**, **2) Preparação e Conteúdo** e **3) Abordar o Preconceito**, a fim de observar como os professores se caracterizam dentro desses fatores. A tabela abaixo expressa os valores correspondentes dos itens da escola dentro de cada fator.

Tabela 1: Principais componentes extraídos da análise fatorial com rotação Oblimin.

	ITENS	SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR (Fator 1)	PREPARAÇÃO E CONTEÚDO (Fator 2)	ABORDAR O PRECONCEITO (Fator 3)
1	A escola possui um papel importante na socialização do indivíduo.	,855	,159	-,028
2	O professor é um importante agente socializador dos alunos.	,887	,019	-,120
3	O professor deve ensinar as crianças a serem mais igualitárias.	,810	-,010	-,281
4	Converso com meus alunos sobre diferenças étnicas e raciais	,794	,146	-,129
10	As manifestações de preconceito estão presentes na escola.	,454	,136	,454
	A escola necessita usar medidas			

12	educativas de combate ao preconceito.	,811	-,061	,225
13	Os professores percebem o racismo dentro do ambiente escolar.	,790	-,184	,268
5	Há incentivos por parte do poder público para diminuir a discriminação e o preconceito na escola.	-,165	,578	,471
6	Os professores conhecem acerca da história e cultura afro-brasileira.	-,106	,588	-,326
7	O conteúdo voltado ao estudo da história da cultura africana e indígena é ensinado aos alunos na escola.	-,045	,771	,111
8	A implementação da lei 10,639/03 possibilitou maior conhecimento sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena.	,140	,704	-,003
9	A lei 10.639/03 contribuiu para reduzir o preconceito racial do país.	,274	,515	-,049
14	A escola se posiciona sempre que ocorrem eventos de preconceito no seu interior.	,286	,462	-,395
11	Existem assuntos mais importantes para o progresso escolar do aluno do que falar sobre preconceito racial.	-,020	,065	-,574
10	As manifestações de preconceito estão	,454	,136	,454

	presentes na escola.		
	KMO		,695
	Sig.		,000
	Variância (%)		35,294

Os itens 1, 2, 3, 4, 10, 12 e 13 estão integrados no Fator 1- Socialização Escolar, pois em seus enunciados é ressaltada relevância da presença da escola e do professor como importantes agentes socializadores. Os itens 5, 6, 7, 8, 9 e compõem o Fator 2- Preparação e Conteúdo, pois se referem ao conhecimento acerca da lei 10.639/03 e da cultura afro-brasileira. E os itens 10 e 11 tecem o Fator 3- Abordar o Preconceito, pois refletem a importância da abordagem do preconceito para o progresso escolar do aluno.

Através da análise *Paired-Samples T Test* que emparelhou os fatores de modo a mostrar as similaridades e diferenças entre si, observamos que os fatores 2 e 3 possuem alta concordância com o fator 1, sendo este então, o mais significativo. Contudo, o emparelhamento dos fatores 2 e 3 não apresentou diferenciação.

Tabela 2: Teste Simples de Emparelhamento entre os fatores Socialização Escolar, Preparação e Conteúdo, e Abordar Preconceito.

EMPARELHAMENTO	t	df	Significância
Socialização Escolar/ Preparação e Conteúdo	8.611	39	.000
Socialização Escolar/ Abordar o Preconceito	11.723	39	.000
Preparação e Conteúdo/ Abordar o Preconceito	1.672	39	.103

Essa análise também permitiu verificar as médias dos fatores e os desvios padrão, conforme indicados na seguinte tabela:

Tabela 3: Análise descritiva média dos fatores Socialização Escolar, Preparação e Conteúdo e Abordar o Preconceito.

Fatores	Média	Desvio Padrão
Socialização Escolar	4,3036	,65360
Preparação e Conteúdo	3,2500	,65372
Abordar o Preconceito	3,0244	,64179

Tendo em vista que os fatores 2 e 3 se aproximam do ponto médio da escala (3= Indeciso), optou-se por averiguar se as médias são de fato diferentes desta por intermédio de um *One-Sample T Test*.

Tabela 4: Teste T Simples de comparação de médias dos fatores Preparação e Conteúdo e Abordar o Preconceito.

		Valor do Teste= 3	
	t	df	Significância
Preparação e Conteúdo	2.419	39	.020
Abordar o Preconceito	.243	40	.809

Com isso, pode-se perceber que o fator Preparação e Conteúdo se diferencia do ponto médio, o seja, os respondentes concordam que devem se preparar e obter conteúdo para tratar das questões raciais em sala. Entretanto, o fator Abordar Preconceito está mais próximo do ponto médio da escala, sendo ainda estatisticamente significativo, o que caracteriza indecisão dos professores em relação à escola ser o lugar ideal para tratar acerca do preconceito.

6.2- Prática da Socialização Étnica no ambiente escolar

Foi composto um indicador de Socialização Étnica através da média dos itens da escala de Hughes e Chen (1999). E

seguida realizou-se uma análise descritiva que apontou uma média de 2,8393 e desvio padrão de 0,78526. A fim verificar se a média se diferenciava do ponto médio (2= Às vezes), efetuou-se um *One-Sample T Test* contra o ponto médio da escala, indicando assim, que a amostra pratica a socialização étnica frequentemente (ponto 3) ou sempre (ponto 4).

Tabela 5: Teste T Simples de verificação de média da escala de Socialização.

		Valor do Teste= 2	
	t	df	Significância
Socialização	6.760	39	.000

6.3 – Correlação entre a crença dos professores sobre a Escola enquanto instância socializadora para o preconceito racial e a prática da Socialização Étnica pelos professores.

Com o propósito de identificar se havia uma associação linear entre a crença dos respondentes a respeito da Escola e a prática da Socialização Étnica empregada pelos professores, procedeu-se uma análise de correlação bivariada com demarcação no coeficiente de Pearson. A partir dessa análise é possível perceber que há uma alta associação entre as crenças dos professores sobre a escola ser uma instância socializadora e as práticas dos professores dentro da sala para promover a socialização étnica ($r = 0,421$; $p = 0,000$). Contudo, apenas essa associação se mostrou linear e significativa.

Além disso, a análise também permitiu identificar uma correlação significativa entre a crença sobre a socialização escolar e a crença a respeito da abordagem no preconceito ($0,425$; $p = 0,006$), ou seja, os respondentes acreditam que abordar preconceito reflete na socialização na escola, mas como foi visto na análise de comparação de médias do Teste Simples, não significa necessariamente que eles enxerguem a escola como local ideal para abordar o preconceito.

Tabela 6: Intensidade da associação linear entre a Socialização Escolar, Preparação e Conteúdo, Abordar o Preconceito e Socialização (Práticas) através do coeficiente de correlação linear de Pearson.

		SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR	PREPARAÇÃO E CONTEÚDO	ABORDAR O PRECONCEITO	SOCIALIZAÇÃO (Práticas)
SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR	Correlação de Pearson	1	,299	,425	,421
	Significância		,061	,006	,008
PREPARAÇÃO E CONTEÚDO	Correlação de Pearson	,299	1	,043	,305
	Significância	,061		,792	,059
ABORDAR O PRECONCEITO	Correlação de Pearson	,425	,043	1	,195
	Significância	,006	,792		,229
SOCIALIZAÇÃO (Práticas)	Correlação de Pearson	,421	,305	,195	1
	Significância	,008	,059	,229	

1. DISCUSSÃO

Este trabalho possuiu o objetivo geral de verificar os processos que correspondem à disposição dos professores e empregar ações de combate ao preconceito racial com seus alunos, de modo que foram analisadas as impressões que os professores possuem acerca da escola enquanto instituição responsável pela socialização do preconceito, sua percepção em termos de conteúdo para lidar com essa questão e da importância do preconceito na formação dos alunos. Ainda foram analisadas o emprego da socialização étnica pelos professores, bem como a relação existente entre suas percepções e suas práticas.

Mediante os resultados, identificou-se que os professores possuem a crença de que a escola é uma importante instância socializadora do preconceito. É no ambiente escolar que as crianças possuem o primeiro contato com culturas familiares diferentes, e estarão expostas a eventuais situações de racismo. Dessa forma, é necessário que a escola, inserida numa sociedade que discrimina e age preconceituosamente, enxergue a necessidade de mudança e trabalhe coletivamente com seus funcionários, alunos e pais a fim de promover conscientização acerca das diferenças que são tão enriquecedoras e saudáveis, e que valorizá-las é uma forma de garantir a democracia (MUNANGA, 2005).

Os resultados também permitiram detectar que os professores consideram importante a preparação com conteúdo referente às questões raciais. Contudo, no processo de aplicação dos questionários, houve uma grande demonstração de desconhecimento da lei 10.639/03, o que implica que a crença dos professores difere da sua prática, que é comprovada nas análises de correlação. A lei 10.639/03 confere que todas as escolas públicas e privadas devem ensinar a história e cultura afro-brasileira e incluir em seus calendários o 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, todavia isto não vem sendo praticado e essa data foi apenas folclorizada, pois no ensino diário não há aplicação.

Ainda dentro das graduações, licenciaturas, não são trabalhados os aspectos como ensinar os futuros professores a ensinar sobre preconceito, discriminação, racismo, e estes vão para suas salas de aula com essa grande defasagem no currículo. Esse fato foi também imensamente mencionado pelos professores respondentes. Além disso, ainda existe agravante de que dentro do planejamento feito pelas escolas, não existe a abertura para encaixar ações voltadas para o debate do preconceito.

Santos (2013, p. 61) afirma que o processo de transformação da temática africana e afro-brasileira em conteúdo de ensino traz consigo exigências de construção de novos modos de abordar bem como revisão de posturas e posicionamentos intrínsecos socialmente. É necessário que se desenvolva uma nova cultura escolar de forma que os conteúdos culturais sejam recriados e reinterpretados dentro das disciplinas centralizadas. Essa tarefa se constitui como uma árdua atividade que precisa ser construída diariamente, o que leva muitas vezes os profissionais a negligenciá-la.

Foi possível observar nas análises que os professores possuem dúvidas acerca da escola ser o melhor lugar para abordar o preconceito. Esse dado se revela interessante, pois se os professores julgarem que a escola não é o um locus de ensino sobre as questões raciais, eles podem negligenciar no seu processo de preparação e formação de conteúdo, prejudicando exponencialmente a socialização étnica em sala de aula.

Os resultados que se não mostraram significativos podem ser uma variação da pequena amostra, representando assim uma limitação do trabalho. Ademais, faz-se necessário ressaltar que ainda existem diversos âmbitos dessa problemática que precisam ser estudados, servindo assim de proposta para futuras pesquisas.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A. BARBOSA, L. M. A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.) **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

CAMPOS, C. L.; VILHENA, V. **A cor do preconceito**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

CICONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil**: a nova institucionalidade no combate à desigualdade social. Reino Unido: Oxfam, 2008.

CRUZ, E. M. R. **Percepções das crianças sobre currículo e relações étnico-raciais na escola**: desafios, incertezas e possibilidades. Dissertação de Mestrado, p.154. São Carlos: UFSCar, 2008.

FAZZI, R. C. **O drama racial das crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GRENDENE, M. V. C.; MELO, W. V. Metacognição e envelhecimento sob a luz do pensamento sistêmico: uma proposta de intervenção clínica. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.120-138, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em : 10/10/2018

jan. 2016.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estudos de Psicologia 2009(3), p. 401-411. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a02v09n3>

LÓPEZ, L.C. **The concept of institutional racism**: applications within the healthcare field. Interface - Comunic., Sauc Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MUNANGA, K. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, Brasil, n. 68, p. 46-57, fev. 2006. ISSN 2316-9036.

MENDANHA, S. S. Socialization at school, according to the conception of Goiânia-GO municipal teachers network. 2017 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)** - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros**: um estudo sobre preconceito sutil. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Psicologia, 2010.

PEREIRA, A. A; MONTEIRO, A. M. (Orgs.) **Ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; e ALMEIDA, S. T. **A study of prejudice from a social representation perspective**: analysis of the influence of a justifying discourse on racial prejudice discrimination. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2006 vol.16, n.1, pp. 95-107. ISSN 1678-7153. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, J. T. (org.). **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: Novos Toques, 2000.

SANTOS, W. S.; GOUVEIA, V. V.; NAVAS, M. S.; PIMENTEL, C. E.; GUSMO, E. E. da S. **Escala de racismo moderno**: adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 637-645, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n3/v11n3a19.pdf> . Acesso em 24 de janeiro de 2016.

SOUZA, E. F.; REIS, M. C.; MENEZES, V. G de. **Política de educação das relações étnicorraciais**: especificidades e caminhos da legislação brasileira. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.08-30, jan./jun.2013 Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

TOSTA, S. P; COSTA, L. M. L. **Alunos quilombolas**: escola e identidades étnicorraciais. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.149-171, jan./jun.2013 Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

Autora – Graduação em andamento em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Email para contato: mclaralp1@gmail.com